

TERMO DE REFERÊNCIA	DOD N° 51/2025
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. CNPJ nº: 03.183.937/0001-38 Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795. Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação: Líliá Chaves de Oliveira / GERAD Josué Tavares dos Santos / GERAD Ívia Victória M. Lima de Mattos / GEPEC Márcia Campelo da Silva / GEPEC</p>	
2. OBJETO	
2.1 Produto ou serviço a ser contratado	
<p>2.1.1 Aquisição de Material Permanente (Cadeiras), para atender à demanda interna da AFEAM, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo.</p>	
2.2 Característica do Objeto	
<p>2.2.1 O Objeto deste Termo de Referência é serviço considerado de natureza de comum.</p>	
2.3 Subcontratação	
<p>2.3.1 Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste termo de referência.</p>	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1 Verifica-se que as cadeiras atualmente em uso apresentam desgaste acentuado, perda de funcionalidade e inadequação aos parâmetros ergonômicos recomendados pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-17, que trata da ergonomia no ambiente de trabalho. Diversos empregados têm relatado desconforto físico durante a jornada laboral, o que pode comprometer a saúde ocupacional, aumentar o risco de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho e afetar negativamente a produtividade e o bem-estar geral.</p> <p>3.2 Dessa forma, a aquisição de cadeiras ergonômicas à AFEAM justifica-se pela necessidade de substituir o mobiliário atualmente em uso, que se encontra desgastado, obsoleto, comprometendo o conforto, a saúde e o desempenho dos empregados.</p> <p>3.3 A substituição visa proporcionar melhores condições de trabalho, prevenindo doenças</p>	

ocupacionais, como as lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), além de atender à legislação trabalhista vigente.

3.4 Com a adoção de cadeiras com padrão ergonômico, busca-se também o aumento da eficiência e da produtividade institucional, a redução de custos com afastamentos médicos e tratamentos, bem como a valorização do servidor por meio da promoção de um ambiente laboral mais seguro, saudável e adequado ao desempenho das atividades administrativas.

3.5 Com isso, estamos planejando dispor ata de registro de preços para possível aquisição de cadeiras, com a finalidade de atender as solicitações de substituição das cadeiras por parte dos empregados e eventuais demandas extraordinárias.

3.6 A contratação está alinhada com a política e normas administrativas da instituição. A realização da despesa dessa contratação está prevista no Planejamento Estratégico da AFEAM, Diretriz 03: Projeto nº 09 o Planejamento Estratégico 2025-2028.

3.7 O objetivo de contratação pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se pelas seguintes situações:


3.7.1 Conveniência na forma parcelada da demanda;

3.7.2 Não é possível definir de forma prévia e com exatidão o quantitativo de material permanente a ser demandado (substituído).

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

4.1.1. O objeto será licitado da seguinte forma:

Item	CATMAT	Descrição Detalhada	Qtd mínima	Qtd Total	Unid. Med.	IMAGEM (MERAMENTE ILUSTRATIVA)
1	366228	CADEIRA EXECUTIVA ERGONÔMICA- com base giratória de cinco pontas com rodízios; Braço digitador plástico preto ajustável; Encosto ergonômico com ajuste na lombar; Assento e encosto com espuma injetada; Back System; Cor Verde.	10	40	UND	

		Marcas de Referência: Alberflex, I9flex ou qualidade equivalente ou superior;				
--	--	--	--	--	--	--

4.1.2. Havendo divergência de descrição em relação às descritas no CATMAT, do Comprasnet, deve prevalecer as especificações e/ou condições do objeto estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.3. As quantidades indicadas neste Termo de Referência são apenas uma estimativa de consumo, podendo promover a contratação de acordo com as necessidades da AFEAM.

4.1.4. Especificação do Objeto

4.1.4.1. Características Mínimas:

- a) Cadeira ergonômica;
- b) Braços: regulagem de altura dos apoios para braços com no mínimo três posições, em forma de “T”;
- c) Base: giratória com 5 (cinco) patas em aço, com capa de proteção de polipropileno com bordas arredondadas, na cor preta;
- d) Rodízios duplos com 55mm de diâmetro, aproximadamente;
- e) Mecanismo: giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás;
- f) Revestimento em tecido 100% poliéster/poliamida e resistente à formação de “piling” ou vinil;
- g) Cor do tecido de revestimento: verde escuro/musgo;
- h) Peso máximo suportado (Kg): 130;
- i) Assento: com espuma injetada de espessura mínima 40mm e densidade mínima 45kg/m³ em poliuretano flexível de alta resiliência (capacidade de retornar ao estado inicial mesmo após longos períodos de deformação), com contracapa de acabamento e proteção injetada em polipropileno com bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc;
- j) Regulagem de altura do assento por meio de pistão a gás classe 3 ou 4, com alavanca;
- k) Encosto do tipo espaldar médio, com espuma injetada de espessura mínima 40mm em poliuretano flexível de alta resiliência, com contracapa de acabamento e proteção injetada em polipropileno com bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc;
- l) Regulagem de inclinação do encosto e de altura do encosto por alavanca em pelo menos 3 posições;
- m) Altura do Assento ao Braço: 17 a 24 cm;
- n) Medidas: Altura: 101 cm x Largura: 65.5 cm x Comprimento: 65.5 cm;
- o) A cadeira deverá atender todos os requisitos da Norma Regulamentadora – NR17 e ABNT;
- p) Garantia mínima de 01 ano;
- q) MARCAS DE REFERÊNCIA: Alberflex, I9flex ou qualidade equivalente ou superior.

4.1.4.2. Como requisito para contratação desse objeto, que o material ofertado seja atenda as regras

previstas na Norma Regulamentadora – NR17 e ABNT;

4.1.4.3. As marcas e modelos indicados nos itens descritos na tabela acima, vêm da descrição dos objetos a serem licitados, para facilitar a compreensão e servir como referência;

4.1.4.4. As marcas de referência indicadas foram escolhidas em decorrência da qualidade e durabilidade que apresentam, resultando em garantia de maior durabilidade a longo prazo;

4.1.4.5. A empresa licitante deverá apresentar catálogos e folders dos produtos ofertados;

4.1.4.6. A responsabilidade e os custos recorrentes pela correção de defeitos e pela substituição dos produtos, caso seja necessário, serão exclusivamente da empresa licitante.

4.1.4.7. Garantia

a) As cadeiras deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior;

b) Todas as cadeiras deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização;

c) Caso ocorra substituição dos produtos, as novas unidades deverão possuir os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos itens substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição, entrega e recebimento definitivo das novas unidades;

d) As cadeiras entregues deverão estar acompanhadas, ainda, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

e) No caso de as cadeiras apresentarem defeitos, a garantia será contada a partir da nova entrega do produto substituído.

4.1.4.8. Entrega:

a) Após a solicitação da AFEAM, a empresa terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a entrega do produto solicitado, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento;

b) Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses após data da entrega do(s) mesmo(s), quando for o caso;

c) A entrega dos itens deverá ser efetuada de maneira integral, de acordo com especificações da A.F, não sendo permitida a entrega parcial;

d) Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

e) Todas as despesas e providências decorrentes do transporte, seguro, bem como quaisquer outras que se fizerem necessárias, serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

4.1.4.9. Da Montagem do Produto:

a) As cadeiras objeto desta licitação deverão ser entregues totalmente montadas e prontas para uso, nas dependências da AFEAM, no endereço indicado pela Administração. É de responsabilidade exclusiva da empresa contratada a execução dos serviços de transporte, montagem e disposição dos equipamentos na sede da AFEAM, sem ônus adicional para a Administração.

4.1.4.10. Validade dos Preços:

a) O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que, cumulativamente, seja demonstrado preço vantajoso, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do Beneficiário da Ata, nos termos previstos no artigo 144 do RILC/AFEAM;

b) A vigência dos contratos decorrentes do SRP será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com a legislação vigente;

c) As contratações decorrentes de SRP deverão ser formalizadas no curso de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços;

d) Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Agência de Fomento do Amazonas S.A – AFEAM não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

4.1.4.11. É de inteira responsabilidade dos fornecedores a observação quanto às especificações dos produtos, constantes neste instrumento, de forma a serem atendidas integralmente;

4.1.4.12. Os fornecedores deverão informar, na proposta de preços, a marca e o fabricante do produto, valor unitário e valor total (limitados a duas casas decimais);

4.1.4.13. Os licitantes deverão apresentar proposta de preços de acordo com tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO DETALHADA	MARCA/ MODELO	UNID FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL						

4.1. Informar necessidade de visita técnica:
4.1.1. Não será exigida visita técnica.
5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE
5.1. Modalidade de licitação:
5.1.1. Em razão do objeto ser uma aquisição comum, a licitação para registro de preços será realizada pela Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico – MSPE para a seleção de fornecedor.
5.2. Critério de julgamento das propostas:
5.2.1. O critério de julgamento será de Menor Preço Global .
5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor
5.3.1. O critério de adjudicação será global.
5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços
5.4.1. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços
5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios
5.5.1. É vedada a participação de consórcios.
5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas
5.6.1. Será permitida a participação de cooperativas
6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO
6.1. A entrega deverá ser agendada com o setor de Patrimônio através do telefone (92) 3655-3088 e realizada em dia útil, preferencialmente, no período compreendido entre 09:00h e 15:00h, no endereço da Contratante: Av. Constantino Nery, 5733 - Flores, Manaus - AM, CEP: 69058-795;
6.2. Os produtos objeto deste processo licitatório, serão solicitados conforme demanda, contados a partir da data de assinatura do(s) contrato(s) com a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, e será(ão) entregue(s) conforme a necessidade da AFEAM, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento – AF, devidamente assinada pelo Coordenador de Apoio Administrativo e pelo Gerente Administrativo;
6.3. Nas solicitações de demanda, a AFEAM encaminhará Autorização de Fornecimento - AF à CONTRATADA , contendo todas as informações necessárias à entrega;

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.5. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.6. As quantidades estimadas neste Termo de Referência, são considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços;

6.7. Os proponentes licitantes para as quais forem adjudicados os itens especificados e forem convocadas para a assinatura da Ata, deterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos produtos até o término da vigência contratual;

6.8. Desta forma, alertamos que a AFEAM não se obriga a adquirir previamente os produtos objetos deste Termo de Referência; perante ao fato, a AFEAM, não se responsabiliza por eventuais prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte desta Agência;

6.9. As quantidades estimadas para o presente processo servem apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento;

6.10. Os produtos licitados serão fornecidos a esta Agência de Fomento, pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor contratado;

6.11. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades desta Agência de Fomento, onde constarão a descrição dos produtos e suas respectivas quantidades;

6.12. Fica assegurado o direito do licitante contratado ter seus preços reajustados, desde que, para tanto, seja feito pedido formal à Administração demonstrando o desequilíbrio econômico-financeiro, em razão da majoração ou alteração da base de cálculo para cobrança de tributos que venham a incidir sobre os produtos negociados.

6.13. Após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação por meio de termo circunstanciado, mediante a análise e aprovação dos seguintes documentos:

I. Nota Fiscal ou Fatura do (s) material (is) entregue (s);

II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;

III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do

Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.

6.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Registrada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado para esta licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após cada fornecimento feito conforme a demanda da CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e ateste do fiscal técnico do contrato, que se dará mediante a apresentação dos documentos elencados no item 6 deste Termo.

9. REAJUSTE

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos do artigo 190 e ss. c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

9.2. O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, nos casos de reajuste.

9.3. Os valores contratuais serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

9.4. Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do artigo 200 c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

10.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que, cumulativamente, seja demonstrado preço vantajoso, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do Beneficiário da Ata, nos termos previstos no artigo 144 do RILC/AFEAM.

10.2. A vigência dos contratos decorrentes do SRP será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com a legislação vigente.

10.3. As contratações decorrentes de SRP deverão ser formalizadas no curso de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Não se aplica. Os itens adquiridos serão fornecidos integral ou parceladamente pelo fornecedor, de acordo com a solicitação da AFEAM, a ser materializada por meio da Autorização de Fornecimento – AF.

12. AMOSTRAS

12.1. Não serão solicitadas amostras no processo de disputa, ou seja, na fase de habilitação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.2. Manter, durante toda a sua vigência, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

13.3. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, observando o prazo estipulado, as especificações técnicas e demais condições previstas neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, na proposta, se for o caso, respondendo pela qualidade dos produtos oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como pelo fornecimento ou eventuais atrasos;

13.4. Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas, bem como esclarecimentos de dúvidas de qualquer natureza quanto aos produtos objeto do contrato;

13.5. Responsabilizar-se por todo o ônus referente à entrega dos produtos no almoxarifado da AFEAM;

13.6. Responsabilizar-se pela troca de produtos, ocasionalmente com defeito, efetuando a permuta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a partir do conhecimento do defeito, através de comunicação escrita emitida pela Coordenadoria de Patrimônio da AFEAM;

13.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

13.8. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;

13.9. Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em

qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;

13.10. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;

13.11. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;

13.12. Reparar, corrigir, remover, restituir ou substituir às suas expensas o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de materiais ou equipamentos empregados, em conformidade com a Lei nº 8.078/90, Lei do Consumidor.

13.13. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.14. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

13.15. Responsabilizar-se por todo o ônus referente à entrega.

13.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

13.17. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

13.18. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto desta licitação, ainda que acontecidos nas dependências da AFEAM;

13.19. Substituir, reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais em que se verifique dano em decorrência do transporte ou outro motivo, bem como, providenciar a substituição deles.

13.20. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.22. Promover a garantia dos bens e/ou serviços executados, na forma, condições e prazos do código de defesa do consumidor.

13.23. Poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.24. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13.25. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

13.26. Não utilizar a Ata de Registro de Preços para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário;

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1.** Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;
- 14.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;
- 14.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 14.4.** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 14.5.** Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 14.6.** Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;
- 14.7.** Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;
- 14.8.** Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes.
- 14.9.** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços (quando aplicável);
- 14.10.** Se for o caso, prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, dentre outros artefatos, pertençam à Administração;
- 14.11.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 14.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.13.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre ocorrências de imperfeições, falhas ou

irregularidades constatadas nos serviços/materiais prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

15.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I.** pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II.** empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;
- III.** microempreendedor individual (MEI): certificado da condição de microempreendedor individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV.** sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V.** sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na junta comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI.** sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil de pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII.** filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no registro civil das pessoas jurídicas ou no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;
- VIII.** os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- IX.** para representação por meio de instrumento de procuração, a empresa com proposta de menor preço deverá apresentar, o instrumento particular ou público de procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que

o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas a seguinte documentação para a comprovação de qualificação técnica:

I. Apresentação de um ou mais atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que o licitante já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da licitação, correspondente à 20% (vinte por cento) do quantitativo dos itens em que o licitante for vencedor, sendo admitido o somatório de atestados sempre que não houver prejuízo para a demonstração da qualificação.

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se a:

I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação de:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

a) Caso a licitante não atenda mínimo previsto em qualquer dos índices contábeis previstos na letra anterior, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento).

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,

III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta da Ata de Registro de Preços e na Minuta da Autorização de Fornecimento (AF), anexas do Edital de Procedimento na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. As empresas contratadas deverão atender no que couber, como boas práticas de contratação, os critérios de sustentabilidade ambiental, e, as recomendações contidas na legislação vigente;

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

18.4.1. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, incidência de multa 0,5% diária, que não poderá ultrapassar, em seu total, o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

18.4.2. Na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da “Tabela 1 - Grau de infrações”, respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na “Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau”;

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	01

02	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE.	02
03	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02
05	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03
06	Retirar das dependências da CONTRATANTE qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato.	03
07	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04
08	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados no horário e data avençada.	04
09	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.4.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA

19.1. Não será exigida garantia contratual para este objeto, visto que se trata da aquisição de materiais permanentes na modalidade de registro de preços, sendo a garantia, portanto incompatível com a modalidade de contratação, uma vez que não há certeza na compra do quantitativo estimado e no momento de cada efetivação de demanda, a exigência de garantia tornaria o processo moroso e improdutivo.

19.2. Caso ocorra alguma indisponibilidade na entrega do produto por culpa da CONTRATADA, já é previsto em cláusula contratual multa por descumprimento do contrato, conforme demonstrando no item

18 deste Termo de referência.

20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência relacionado ao DOD nº 51/2025 está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 18 de junho de 2025.

Líli Chaves de Oliveira

Especialista de Fomento/GERAD-PATRIMÔNIO

Josué Tavares dos Santos

Assessor/GERAD-PATRIMÔNIO

Ívia Victória M. Lima de Mattos

Especialista de Fomento/GEPEC

Márcia Campelo da Silva

Assessora/GEPEC

De acordo,

Manaus, de de 2025.

Aprovação da Área Administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇAVES

Gerente da GERAD

APROVO,

Manaus, de de 2025.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO

Diretor-Presidente